



**AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS DA  
1ª RAJ DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*A atividade empresarial é o exercício da atividade econômica e seu desenvolvimento depende de diversos fatores, entre eles políticos, jurídicos e sociais, através desta atividade que ocorre a produção e a circulação de bens e serviços. E, no caso de crise, a recuperação judicial é a ferramenta jurídica que tem por objetivo ajudar as empresas viáveis, a superar esse momento de dificuldade.*

1-) **VERTEX SISTEMAS DE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.712.683/0001-33, com sede na Alameda Tocantins, nº 75, salas 1705/1707, Condomínio West Gate, Bairro Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06455-020, representada por sua sócia administradora Renata Dini Ribeiro Fernandes, brasileira, portadora da cédula de identidade sob nº: 34.571.941-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF 298.764.898-79, na conformidade de seu contrato social, 2-) **VERTEX VIGILANCIA ELETRONICA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.778.145/0001-10, com sede na Alameda Tocantins, nº 75, salas 1708/1710, Condomínio West Gate, Bairro Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06455-020, representada por sua sócia administradora Renata Dini Ribeiro Fernandes, brasileira, portadora da cédula de identidade sob nº: 34.571.941-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF 298.764.898-79, na conformidade de seu contrato social, por seu advogado que esta subscreve (instrumento de mandato acostado), que recebe intimações através do endereço eletrônico:



urubatan@aramos.com.br, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer pelo procedimento ordinário

## **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

### **com pedido de tutela de urgência,**

com fulcro no artigo 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, e consubstanciada no artigo 170 e seguintes da Constituição Federal, pelas razões de fato e de direito que ora passa a expor.

### **I. PREVENÇÃO E COMPETÊNCIA DESTE MM. JUÍZO PARA PROCESSAR E JULGAR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO**

Na hipótese de recuperação judicial de grupo econômico tanto a doutrina como a jurisprudência consideram como competente para processar o pedido o local onde se encontra o centro da tomada das principais decisões econômicas e administrativas das requerentes.

No presente caso, as empresas Requerentes têm estabelecimento único no mesmo endereço no Município de Barueri/SP, sendo certo que é desta localidade que partem as decisões relativas à gestão das Requerentes.

Com efeito, a sócia das empresas Requerentes exerce suas atividades e tomam todas as suas deliberações nesse local.

Nesta esteira, tem-se por principal estabelecimento o local em que as empresas centralizam suas atividades e influência econômica, onde todas as suas operações recebem impulso diretor, e estão reunidos permanentemente todos os elementos constitutivos de seu crédito, que define a competência desse Douto Juízo da vara especializada da 1ªRAJ.



Outrossim, cabe mencionar que tramita perante o Foro Especializado da 1ª RAJ sob nº 1012601-74.2024.8.26.0068, pedido de falência em face da 2ª Requerente, o que atrai a incidência do fenômeno processual da prevenção deste juízo para apreciar o pedido de recuperação judicial em liça, nos termos da lei 11.101/2005 do Art. 6º (...)§ 8º A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor.

A partir dos referidos dispositivos legais, infere -se que os pedidos de falência ou de recuperação judicial, relativos ao mesmo devedor, devem tramitar perante o mesmo juízo, conforme comando da LFR.

## **II. DO PEDIDO DE PARCELAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS**

As Empresas Requerentes requerem o parcelamento das custas iniciais, pois, no momento de crise, não possui condições de arcar com o pagamento integral das custas processuais, sem comprometer o rendimento próprio, e liquidez de caixa.

Isto porque, o valor das custas iniciais é vultoso no importe do teto máximo do tribunal no valor de R\$106.080,00(cento e seis mil e oitenta reais).

Em observância nos últimos extratos bancários, o saldo de caixa não suporta despendar tal valor, além, de possuir bloqueios judiciais do valor que seria destinado ao pagamento das custas processuais, pelos credores concursais, impactando sobremaneira na sobrevivência da empresa, o que na prática inviabiliza, no momento, o pagamento do valor total das custas judiciais, conforme a prova produzida pelos extratos acostados no segundo anexo dos autos.



Outrossim, a fim de não impedir o acesso à própria jurisdição e em respeito ao princípio da preservação da empresa, requer a aplicação do disposto no artigo 98, §6º, do CPC, para autorizar o parcelamento das custas iniciais em 10 (dez) parcelas, e assim, oportunizar o acesso das requerentes a justiça, sem comprometer demasiadamente o caixa, conforme o entendimento de recente julgado do TJSP:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Rejeição de pedido de diferimento de custas. Decisão mantida - Entretanto, em virtude do alto valor da causa (R\$ 6.875.000,00) - O recolhimento do valor das custas alcançou o montante máximo de 3.000 UFESP's (R\$ 87.270,00) - Possível o impacto de forma onerosa no caixa da agravante, o qual já se encontra em estado crítico, o que pode se extrair do próprio pedido de recuperação judicial - Precedentes dessa Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial e do E.Tribunal de Justiça - Todos os credores (inclusive trabalhistas) ficarão muito mais prejudicados, segundo as máximas da experiência (Art.375, CPC de 2015), **se a agravante vier a ingressar em processo de falência - Observância ao princípio da preservação da empresa, e da atividade produtiva, no caso concreto comporta na concessão do parcelamento das custas iniciais, nos termos do art. 98, § 6º, do CPC de 2015-** RECURSO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. Agravo de Instrumento nº 2127583-02.2021.8.26.0000 - Voto nº 0028.

Assim sendo, como as requerentes não possuem condições momentânea de arcar com o valor integral das custas processuais, pois, de valor elevado, requer o parcelamento dos valores de custas iniciais em 10 parcelas, pois no devido momento torna-se impossível o acesso à justiça, que garante a CRFB/88, pois a empresa se encontra em estado financeiro abalado. Tudo nos termos dos art. 98, 99, e parágrafos, do CPC/2015. Pede deferimento.

### III. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO EMPRESARIAL



Antes de adentrarmos nas razões para que seja deferido o processamento da recuperação judicial das empresas do Grupo Empresarial em consolidação processual, necessário se faz explicar a estrutura organizacional das Requerentes, do que restará clara a forte vinculação entre elas.

A atuação das empresas Requerentes podem ser resumida da seguinte forma:

- Vertex Vigilância Eletrônica Ltda.: inscrita no CNPJ: 17.778.145/0001-10, capital de R\$2.000.000,00 (dois milhões), constituída em 15.12.2015, com objeto social atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e outras;

- Vertex Sistema e Serviços Ltda.: inscrita no CNPJ: 31.712.683/0001-33, capital de R\$2.000.000,00 (dois milhões), constituída em 08.10.2018, com objeto social atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico e outras atividades correlatas;

Para ficar muito claro: a direção das empresas Requerentes é exatamente a mesma, e as tomadas de decisões finais são dadas em conjunto, cuja atividades se completam, e as operações sempre foram compartilhadas entre as sociedades.

Nesse sentido, as Requerentes exercem suas atividades de forma coordenada e integrada, atuando em estreita harmonia e coordenação, sendo certo que suas estruturas gerenciais e financeiras estão sempre interligadas – direção única.

Ambas as empresas atendem diretamente o requisito do Artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, pois comprovadamente exercem a atividade a mais de 2 (dois) anos conforme previsto no referido artigo.



Nesse compasso, cumpre mencionar a estrutura empresarial das Requerentes, que iniciaram sua trajetória no ano de 2013, prestando serviços de monitoramento de câmeras e alarmes, residencial, comércio e em escritórios.

Assim, para expandir os negócios necessitavam de capital para investir, e com bom histórico em suas atividades empresariais e no mercado financeiro, as Requerentes começaram a se alavancar através de empréstimos para manter a operação crescente e o giro do negócio, a estratégia deu muito certo.

Foi então que, após essa captação de crédito, que em meados de 2014, as Requerentes conseguiram crescer no mercado com a expansão de novas ofertas de prestação de serviços, incrementadas por novas tecnologias que consistiu em operação de portaria virtual em prédios residenciais, tendo em vista, que as requerentes já possuíam centro de operações de alarmes e imagens, o que fomentou o faturamento mensal das requerentes.

Pois bem, com o crescimento exponencial das empresas ora requerentes, e alta qualidade na prestação de serviços de segurança em vigilância, atraiu novos contratos empresariais para prestação de serviços, onde surgiu a necessidade de aumentar suas estruturas organizacional com o fito de suportar a crescente demanda com novos contratos de prestação de serviços, inclusive, aumentar a contratação de empregados.

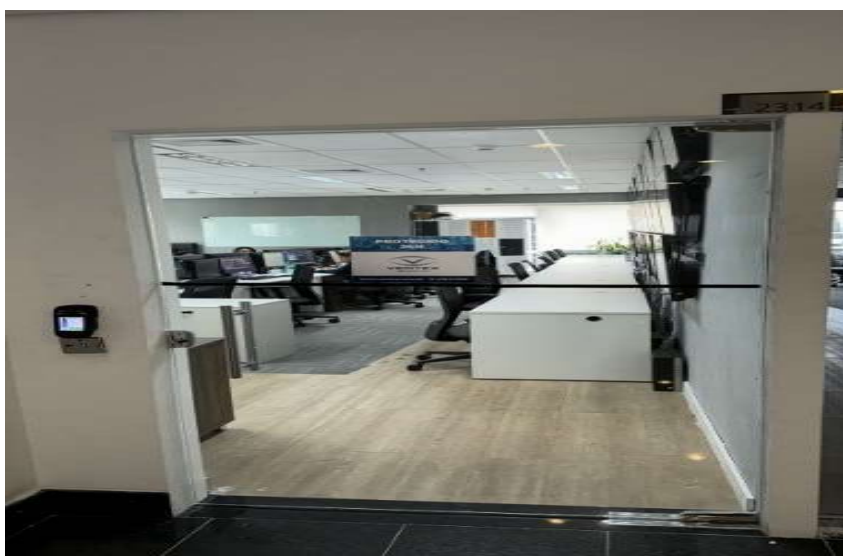
Nessa toada, em meados do ano 2024, a 1ª Requerente Vertex Sistemas de Segurança, objetivando expandir, ainda mais, o grupo empresarial, adquiriu novas empresas sendo a Infinity, inscrita no CNPJ: 46.260.325/0001-04, e o grupo Armstrong, inscrito no CNPJ: 27.340.671/0001-58 e outras qualificadas no contrato de trepasse acostados aos autos, em aquisição horizontal, no entanto, o negócio acabou causando prejuízos as requerentes, eis que acreditam as mesmas que caíram em um golpe, visto que

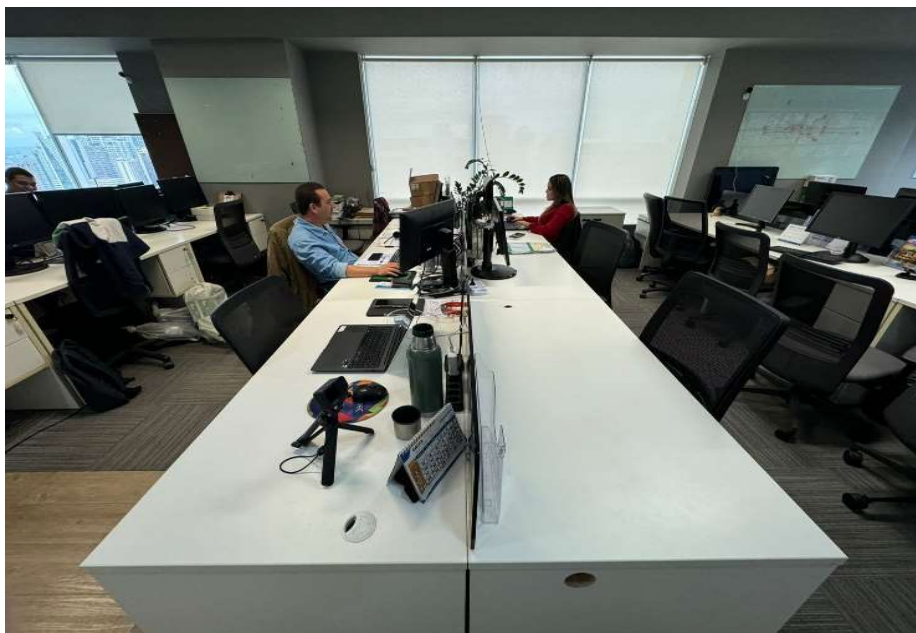
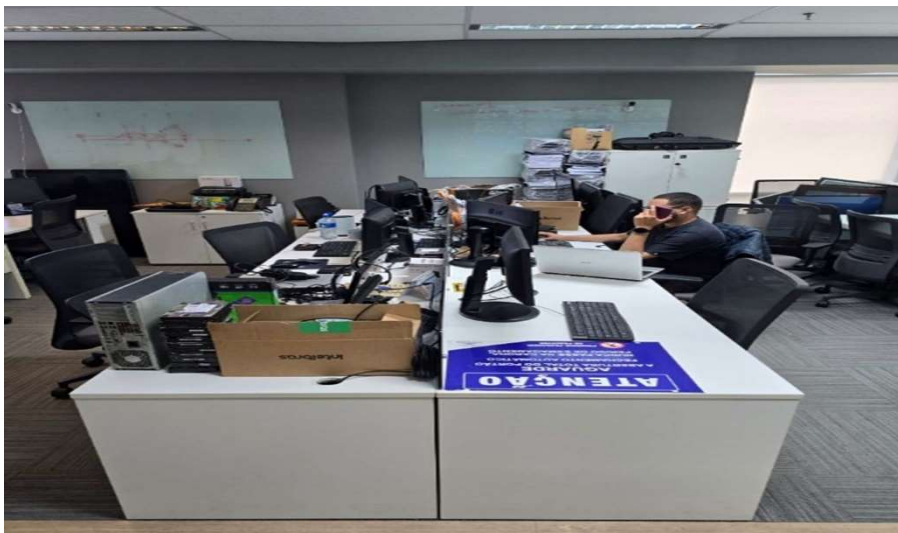


após realizado o trepasse, os faturamentos das empresas misteriosamente despencaram, suportando as requerentes grande prejuízos em seu patrimônio.

O contexto fático do Grupo faz-se necessário para que fique claro a esse DD. Juízo e para a coletividade de credores que as empresas Requerentes possuem atividades interligadas, e viabilidade de soerguimento na recuperação judicial.

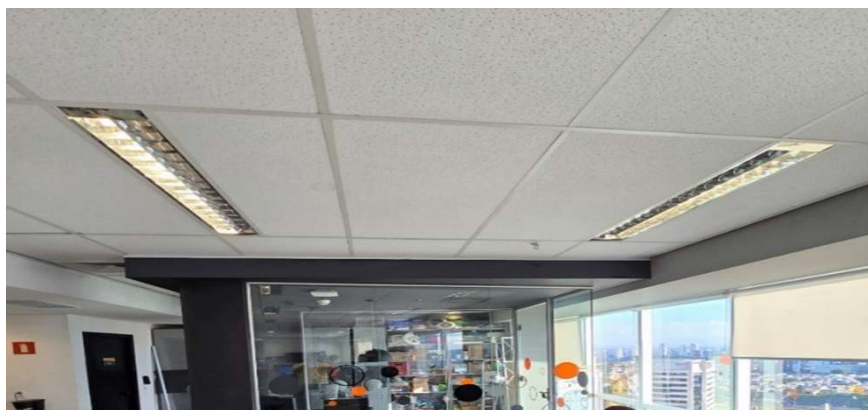
Nessa perspectiva, trazemos a baila imagens da estrutura organizacional das requerentes:

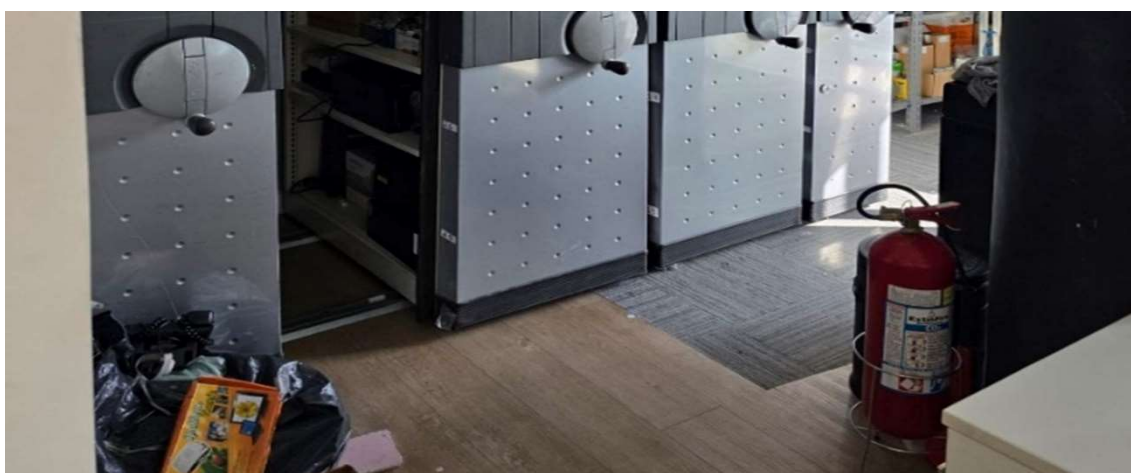














### Operações das requerentes

As Requerentes estão convictas, porém, de que a presente recuperação judicial será instrumento idôneo e capaz de definitivamente, adequar a sua estrutura de capital, com a necessária reestruturação de seu passivo atual, de modo que possam desenvolver de modo pleno as suas atividades empresariais, em busca de um novo ciclo de expansão e crescimento. Para tanto, as Requerentes confiam que contarão com o importante apoio dos seus principais credores.

### **IV. CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL**

Com efeito, de acordo com o art. 69-G da LREF, “os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual.”

Nesse sentido, tendo em vista que as empresas Requerentes são caracterizadas como grupo econômico de fato, que pode ser comprovado pelos documentos anexos contrato social, jucesp, entre outros, e atuam de forma organizada em busca de interesses integrados, bem ainda por atuarem cada qual para cooperação fomentação da atividade empresarial



principal, não restam dúvidas quanto ao processamento da presente Recuperação Judicial em consolidação processual.

O novo art. 69-G da LFR simplifica a questão, trazendo como único requisito para o processamento em consolidação processual a configuração de um grupo societário entre as requerentes, que deve ser entendido como grupo empresarial formado por sociedades controladas ou coligadas sob direção centralizada e que combinam recursos e esforços em prol de objetivos comuns, perfeitamente caracterizado na presente relação empresarial.

O mecanismo da consolidação processual, positivado em lei, com o advento da alteração da lei 11.101/2005, traz inegáveis benefícios no que tange ao processamento em conjunto do pedido de recuperação judicial.

Pois, a interligação dos direitos e obrigações das Requerentes e a existências de credores comuns fazem com que um único procedimento de recuperação judicial, com um único administrador judicial e a coordenação natural dos tempos e movimentos associados ao procedimento, seja a forma mais eficiente e transparente da recuperação judicial. Art. 69-H.

Na hipótese de a documentação de cada devedor ser considerada adequada, apenas um administrador judicial será nomeado, observado o disposto na Seção III do Capítulo II Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

No presente caso, a organização empresarial das Requerentes, todas sob controle societário direto e indireto, não deixa dúvidas quanto ao cumprimento do requisito necessário para o processamento em consolidação processual.

As Requerentes, ainda, desempenham papel coordenado na estrutura de gestão societária, sendo um grupo, especialmente



no que diz respeito aos negócios e às dívidas, essencialmente interligados, seguindo a lógica de perseguir o interesse do grupo econômico.

Ainda, com a consolidação processual é possível que os devedores apresentem um plano único, que permita uma adequada visão de conjunto, com redução de custas e ganho de eficiência, respeitada ainda a individualidade, patrimônio e passivo, de cada recuperanda. Art. 69-I.

A consolidação processual, prevista no art.69-G desta Lei, acarreta a coordenação de atos processuais, garantida a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) § 1º Os devedores propõem meios de recuperação independentes e específicos para a composição de seus passivos, admitida a sua apresentação em plano único. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) § 2º Os credores de cada devedor deliberarão em assembleias-gerais de credores independentes. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Nesse sentido, cumpre trazer a baila jurisprudência que corrobora o nosso entendimento:

"Assim, a formação do litisconsórcio ativo, na hipótese, foi corretamente deferida, uma vez que restou demonstrada a existência do grupo econômico de fato, considerando-se, ainda, que o ajuizamento separado das ações de recuperação de cada uma das empresas interligadas, comprometeria a própria eficiência do processo recuperacional, afetando o possível soerguimento do grupo econômico, tendo em vista que haveria a possibilidade de serem proferidas decisões conflitantes" (TJ/SP, AI 2126008-61.2018.8.26.0000, 2ª C. R. D. Emp., Rel. Des. Maurício Pessoa, julg. 27.8.2018). (nosso grifos).

Por fim, vale esclarecer que, neste momento, requer-se tão somente o processamento da recuperação judicial em litisconsórcio ativo, **a chamada consolidação processual**. A eventual avaliação de consolidação substancial poderá ser trazida, se for o caso, no momento processual adequado.



## **V. DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E RAZÕES DA CRISE DA EMPRESA (art. 51, I, DA LEI DE FALÊNCIAS)**

As Requerentes, após terem um período de crescimento importante, sofreram com problemas de fluxo de caixa, após a aquisição de novas empresas para o grupo empresarial, que ocasionaram bloqueios bancários e de capital e giro.

Esse quadro, que tem se agravado nos últimos meses, coloca em risco a continuidade de sua atividade empresarial, em virtude do risco de constrição de recursos financeiros e bens essenciais às suas atividades, no âmbito de ações individuais propostas por credores.

Esses são os fatores que determinaram o ajuizamento da presente recuperação judicial, que propiciará às Requerentes um ambiente seguro para a renegociação de suas dívidas e folego para restabelecer os fluxos de caixa.

Ao contar com o apoio de seus principais credores, as Requerentes têm convicção de que serão bem-sucedidas na reestruturação de seu passivo, de modo a alcançar uma estrutura de capital adequada e viabilizar uma nova etapa de crescimento e expansão de suas atividades, em atendimento à sua função social e em benefício de todos os seus trabalhadores, credores e demais stakeholders.

Tendo pleno conhecimento que a Recuperação Judicial foi procedimento criado com a finalidade precípua de manter aberta e em funcionamento empresas viáveis, fazendo prevalecer, de uma forma geral, o princípio da função social da propriedade, ora aplicado na função social da empresa, certo é que a demonstração de viabilidade deve obrigatoriamente passar pelo crivo da mercadologia dos serviços da empresa Recuperanda.

Assim, todos os aspectos acima abordados serão tratados com detalhes no plano de recuperação judicial, que será trazido ao



presente no seu momento próprio, com a apresentação da viabilidade do soerguimento da empresa através do presente procedimento de RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Neste sentido, elabora o presente pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cumprindo na íntegra o disposto na Lei nº11.101/05, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.112/2020, em especial, o previsto nos artigos 48 e 51 do aludido diploma legal, requerendo o regular processamento desta, dando efetividade aos fins colimados pela Lei de Recuperação de Empresas, resgatando o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, e por conseguinte, cumprindo sua função social e seu espírito norteador, mantendo a fonte geradora de empregos e tributos, equilibrando a economia local, restabelecendo a ordem econômica.

## **VI. DA VIABILIDADE DAS REQUERENTES**

A momentânea crise enfrentada pelas requerentes, advinda principalmente da escolha de investimentos desastrosos, que fizeram com que em alguns meses foram cerceados por bloqueios bancários e de alguns fornecedores, a sua viabilidade não se mostra irreversível caso haja a tutela jurisdicional e a implementação de um arrojado plano de mudança de modelo de gestão, e, conseqüentemente, das prioridades de atuação nas requerentes, há necessidade de profunda diagnose dos problemas a fim de viabilizar soluções reais e concretas fundadas, inclusive, entre as operações entre as empresas, funcionários, credores e Estado.

A Requerente movimenta a economia local, principalmente no segmento que atua, porque gerando empregos diretos e indiretos, faz com que seus 160 (cento e sessenta) empregados registrados e mais 400 colaboradores indiretos na cadeia produtiva, também movimentem a economia com comércio, produção de serviços e interações econômicas que envolve moradores e as empresas localizadas na região, o que redundará em uma inequívoca relevância social.



As requerentes identificaram, também, a oportunidade de ampliar sua captação de recursos através de novos projetos e com o folego financeiro propiciado aos devedores para a retomada da normalidade de suas atividades pelo corolário axiológico da Lei nº 11.101/2005.

Pelos motivos econômicos, aliás, macro econômicos acima expostos, resta claro que é viável que se recuperará cumprindo na íntegra o Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado no momento oportuno.

Inobstante, para atingir este objetivo, será crucial para a empresa que profissionalize ainda mais sua gestão, aprimore seu sistema de gestão, melhorando a qualidade de informações, viabilizando a tomada de decisões acertadas e rápidas. Além disto, haverá a reorganização dos recursos humanos da empresa.

No Plano de Recuperação Judicial, demonstrar-se-á que tais componentes devem ser organizados e orientados para que os objetivos organizacionais sejam atendidos da melhor forma possível, provendo, assim, os critérios que levam à decisão de como e quando essas práticas devem ser alteradas adaptadas, sendo que as Requerentes, assim, poderão agir de forma acertada e rápida, ao possuir informação precisa e disponível, bem por isto, ao melhorar seus programas e sistemas de gestão, certamente deverá desenvolver mecanismos internos para prover e alimentar os dados necessários, dando assim o respaldo necessário para a tomada de decisões.

Pelo todo acima exposto, e com a melhora do sistema de gestão das empresas, certamente as Requerentes demonstrarão sua viabilidade econômica e, com isto, manter-se-ão no mercado, gerando empregos, pagando seus credores, enfim, cumprindo o espírito norteador da Lei de Recuperações Judiciais.

O presente pedido de recuperação judicial, portanto, é o instrumento jurídico apto e necessário para permitir esse rebalanceamento do fluxo de caixa das Requerentes, permitindo que o nível de endividamento do



Grupo, por meio das negociações com os credores que serão realizadas nestes autos, torne a níveis aceitáveis e possa ser, realisticamente, adimplido com a capacidade de geração de caixa do Grupo

## **VII. DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

O corolário da LREF no sentido de enfrentar o problema da crise econômico-financeira da empresa, no sentido de vincular-se à preocupação com a manutenção da fonte produtora, com os empregos por ela gerados, bem como com o interesse dos credores, adotando, entre outros instrumentos, a RECUPERAÇÃO JUDICIAL descrita no artigo 47, a saber:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

No mesmo sentido, o I. magistrado Manoel Justino Bezerra Filho, afirma que:

“a Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridades na finalidade que diz perseguir, ou seja, colocando como primeiro objetivo a ‘manutenção da fonte produtora’, ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o ‘emprego dos trabalhadores’. Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os ‘interesses dos credores”.

Dessa forma, a Lei 11.101/2005 foi editada, tendo como princípios basilares a preservação da empresa reforçada pelas alterações trazidas pela lei 14.112/20, a proteção aos trabalhadores, e por fim os interesses dos credores.



Com base nos relatórios contábeis e fluxo de caixa, as requerentes provam que possui faturamento/rendimento mensal absolutamente capaz de promover sua recuperação e reorganização, conforme será demonstrado no PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no prazo de 60 (sessenta) dias do deferimento do processamento da RECUPERAÇÃO.

Destarte, o deferimento do processamento, e, posteriormente, a concessão da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cumprem na essência o artigo 47 da Lei nº 11.101/05, e, por conseguinte, o artigo 170 da Constituição Federal de 1988.

#### **VIII. DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 51 DA LREF**

A empresas Requerentes são constituídas como sociedade empresária e não se enquadra como “empresa pública, sociedade de economia mista, instituição financeira, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e sociedade de capitalização”, para efeitos do artigo 2º da LFRE.

Para fins comprobatórios, restam acostados em anexo os Contratos Sociais e alterações.

Outrossim, desenvolvem suas atividades empresariais regularmente há mais de 2 (dois) anos, jamais foram falidas, jamais obtiverão concessão de Recuperação Judicial e jamais foram condenadas ou tiveram como administrador pessoa condenada por crimes previstos na legislação falimentar, para efeitos do artigo 48 da LFRE.

Para fins comprobatórios, restam acostados em anexo os Contratos Sociais e suas alterações, as certidões negativas criminais dos sócios e a certidão de distribuição de processos concursais.



Em consonância com o disposto no artigo 51, da lei de recuperação e falências, são colacionados, em anexo, todos os documentos necessários para que o pedido de recuperação judicial seja deferido e processado, a saber:

- (Anexo 01) Procurações com poderes específicos para o presente pedido de recuperação judicial.

-(Anexos 02) Balancetes especialmente levantados para fins de recuperação judicial do ano de 2024, bem como os Balanços 2021, 2022, 2023, e Demonstrações de Resultados dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, conforme prescrito no inciso II do art. 51 da LFRE;

- (Anexos 03) Relatório Gerencial ao fluxo de caixa e faturamento projetados, conforme prescrito no inciso II do art. 51 da LFRE;

-(Anexo 04) Relação Nominal Completa dos Credores, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente, conforme prescrito no inciso III do art. 51 da LFRE;

-(Anexo 05) Relação integral de empregados das Requerentes, de acordo com o inciso IV do artigo 51 da LFRE;

-(Anexo 04) Certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas e instrumento de nomeação dos administradores, de acordo com o inciso V do artigo 51 da LFRE;

- (Anexo 05) Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor, representada por sua declaração de imposto de renda do último exercício, de acordo com o inciso VI do artigo 51 da LFRE;

- (Anexo 06) Extratos atualizados das contas bancárias, de acordo com o inciso VII do artigo 51 da LFRE;



- (Anexo 07) Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca de São Paulo, de acordo com o inciso VIII do artigo 51 da LFRE;
- (Anexo 08) Relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados, de acordo com o inciso IX do artigo 51 da LFRE;
- (Anexo 09) Relação integral dos ativos das Recuperandas, passível de variação de acordo com o decorrer da atividade empresarial.
- (Anexo 10) Relatório detalhado do passivo fiscal, inciso X do artigo 51 da LFRE;

Salienta-se que os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, estão em consonância com a forma e no suporte previstos em lei, os quais permanecem à disposição do juízo, do administrador judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado.

Depreende-se que todos os documentos exigidos pela legislação foram devidamente apresentados juntamente com essa exordial, devendo ser deferido o processamento da recuperação judicial.

Assim, sem prejuízo de pontuais observações adicionais que se façam pertinentes, as Requerentes, visando a imprimir máxima transparência e objetividade ao pleito, estrutura a presente peça nos termos daquelas disposições legais (artigos 48 e 51, da Lei nº 11.101/2005), demonstrando desse modo o pleno atendimento às normas incidentes na espécie.

#### **IX. DO PASSIVO SUJEITO E NÃO SUJEITO AOS EFEITOS DA PRESENTE DEMANDA RECUPERACIONAL**

O passivo sujeito à recuperação judicial monta nesta data (tendo em vista, quanto à atualização, os critérios constantes dos artigos 9º, inciso II e 49, da Lei nº 11.101/2005), R\$ 25.008.584,41 (vinte e cinco



milhões, e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), sendo formado por créditos que se enquadram em trabalhistas, quirografários, micro empresas e empresas de pequeno porte, resumindo em três classes definidas no artigo 41, sendo os incisos II e III, da Lei nº 11.101/2005.

### **PASSIVO INDIVIDUALIZADO**

- Vertex Vigilância Eletrônica Ltda.: inscrita no CNPJ: 17.778.145/0001-10, com passivo de R\$11.526.863,03;

- Vertex Sistema e Serviços Ltda.: inscrita no CNPJ: 31.712.683/0001-33, passivo de R\$15.201.279,08;

A princípio as Requerentes não possuem passivo NÃO sujeito aos efeitos da presente demanda recuperacional, nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei nº 11.101/2005.

Todos os créditos são arrolados de modo individualizado nas relações que instruem a presente inicial, em atendimento ao disposto no artigo 51, inciso III, da Lei nº 11.101/2005

### **X. DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA – DA NECESSIDADE DE DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO “STAY PERIOD”**

No caso vertente, entre o ajuizamento de um pedido de Recuperação Judicial e o deferimento de seu processamento, há um lapso temporal importante, considerando a existência e iminência de bloqueios de valores do faturamento das requerentes, o que frustraria a recuperação judicial.

Considerando o objetivo da Lei de Recuperação Judicial que é a preservação da empresa, consubstanciado em seu artigo 47, princípio basilar do procedimento recuperacional, que reflete na geração de empregos, no recolhimento de tributos, na manutenção de circulação de bens, produtos e serviços.



Desse modo, de rigor se faz o deferimento da presente recuperação judicial com fulcro na tutela de urgência de natureza antecipada, para que também seja deferido a antecipação dos efeitos do “stay period”, para que todas as ações e execuções sejam suspensas em face das Autoras, na forma do artigo 52, inciso III e artigo 64º, todos da Lei nº 11.101/2005.

Isso porque, antecipando o termo inicial deste período, em atenção ao princípio da preservação da empresa, justamente para propiciar às requerentes, lapso temporal razoável para reorganização de sua situação econômica, visando, assim, superar a crise enfrentada e valorizando a continuidade das empresas como centro gerador de inúmeros interesses e não perdendo o ponto essencial que o real intuito do procedimento almejado na Lei nº 11.101/2005, qual seja, de promover condições para que a sociedade empresária supere seu momento de crise.

Nesse sentido, trazemos a baila decisão proferida na Ação Cautelar Preparatória ajuizada pelo “GRUPO OLVEBRA” (Processo nº 0002212-95.2018.8.21.0165 – Eldorado do Sul/RS), o qual determinou a antecipação dos efeitos da Recuperação Judicial, concedendo o “stay period”, antes mesmo do pedido oficial, bem como, a vedação de bloqueios judiciais existentes ou futuros. Destaca se:

“(…)Posto isso, DOU PROVIMENTO, EM PARTE, AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS para deferir, parcialmente, a tutela cautelar e determinar: (I) a suspensão de todas as ações e execuções judiciais e extrajudiciais em que quaisquer das autoras estejam no polo passivo, salvo quando em discussão pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, sendo vedados novos atos constitutivos nesse período e cabendo às autoras informarem ao Banco Bradesco para que se abstenha de realizar novos bloqueios de valores na conta nº 0044314-0, agência 0268, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão”. (Processo Tutela Cautelar Antecedente nº 0002212-95.2018.8.21.0165 –Eldorado do Sul/RS)



Corroborando ao que se expõe, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já concedeu em caráter de urgência, o efeito suspensivo almejado pelo GRUPO PETROSUL, antecipando os efeitos do “stayperiod”, “in verbis”:

“(…) as agravantes não devem arcar com o ônus do tempo, daí a razão para a antecipação da tutela recursal, para pronta eficácia da regra do artigo 6º, caput, da Lei 11.101/2005, com a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face das agravantes, inclusive, aquelas dos credores particulares do sócio solidário”.(Agravamento de Instrumento nº 2269687-22.2018.8.26.0000 – TJSP – Des. Rel. GRAVA BRAZIL – 17.12.2018) Destarte, como é sabido, no momento que a dificuldade financeira se torna pública, os credores em geral, reduzem muito, quando não cortam totalmente as linhas de créditos até então dadas à empresa. Além disso, consoante se verifica nos documentos acostados a presente, todos os requisitos exigidos pelos artigos 48 e 51, ambos da Lei nº 11.101/2005, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.112/2020, foram integralmente cumpridos pelas Requerentes; o que já autoriza o imediato deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, sem a necessidade de realização de perícia prévia.

Outrossim, importa ressaltar a existência de pedido falência contra a requerente em tramite perante este douto juízo sob nº 1012601-74.2024.8.26.0068, e o crédito em questão estará sujeito ao concurso de credores, e se submeterá ao Plano de Recuperação Judicial, enquadrado na classe quirografária, a teor do artigo 96 da LRF.

Desta feita, a necessidade de antecipação do deferimento da recuperação e os efeitos do “stay period” é latente in casu, dado que necessitam as Requerentes de seus ativos financeiros, equipamentos etc., para garantir a sua manutenção e desenvolvimento do seu objeto social, muito embora esteja envidando seus melhores esforços para o deferimento do processamento da presente demanda recuperacional, não poderá resistir à eventuais constrições de seus bens.



Igualmente, presentes estão os requisitos autorizadores do requerimento de tutela de urgência de natureza antecipadora articulado.

O “fumus boni iuris” reside no cumprimento integral dos requisitos dos artigos 48 e 51, da Lei nº 11.101/2005, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.112/2020, consoante a apresentação de todos os documentos indispensáveis.

Por outro lado, o periculum in mora resta plenamente comprovado, isto por que, acaso ocorra um grande lapso temporal entre o ajuizamento da presente demanda e o deferimento de seu processamento, considerando a existência de pedido falência, e ainda pelas ações de execuções em andamento, as atividades da Requerente estará prejudicada, haja vista, que não terá condições de proceder o recebimento do seus faturamento e ao pagamento de suas obrigações extraconcursais (salários, despesas correntes das atividades e etc.).Frisa-se

Assim, com fundamento no princípio da preservação das atividades empresariais, impõe-se a antecipação do deferimento da recuperação judicial e os efeitos do “stay period” ou eventual necessidade de complementação da documentação exigida pelos artigos 48 e 51, da Lei nº 11.101/2005, com as alterações trazidas pela Lei nº 14.112/2020, sob pena de cancelar irremediável prejuízo as Requerentes.

Nesse sentido, também é imperioso a suspensão de publicidade dos efeitos dos protestos extraídos em face das Requerentes, apresenta-se como meio apto a ofertar as condicionantes necessárias para viabilizar o êxito da Recuperação Judicial, prestigiando a efetividade da tutela jurisdicional in casu.

Pois, a continuidade de protesto de títulos é incompatível com o pedido de recuperação, vez que inviabiliza a reorganização



da recuperanda, a qual, não raras vezes, necessita de crédito bancário para continuar as suas atividades.

Diante do exposto, requer a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, para que seja deferido o processamento da recuperação judicial e o consequente efeitos do “stay period” pelo periculum in mora.

Outrossim, requer sejam oficiados aos Tabelionatos de Protestos localizados em Barueri/SP, para que se abstenham de tais procedimentos (registrando os protestos em seu sistema, mas deixando de divulgar publicamente), bem como seja ordenado aos respectivos Cartórios de Protestos de Títulos que comuniquem imediatamente os respectivos órgãos de proteção ao crédito acerca dos registros dos protestos suspensos.

Tal medida é legalmente autorizada pelo §12 do art.6º da LREF e se coaduna com o espírito da Recuperação Judicial, possibilitando que as Requerentes sejam alvo das investidas de alguns de seus credores.

## **XI – PRESERVAÇÃO DO SIGILO – ART. 51, VI DA LFRE.**

Em observância ao disposto no artigo 51, VI, da LFRE, as empresas apresentarão a relação dos bens pessoais de sua sócia.

Todavia, afim de evitar a excessiva exposição e indevida violação ao sigilo de informações da representante legal das Requerentes, requer-se sejam esses documentos, acostados em apartados, e conservados em segredo de justiça.

Nessa linha, a relação de empregados das requerentes, conquanto, constam informações pessoais, também devem ser resguardados pelo sigilo conferido pela CF.



O pedido respalda-se na dignidade da pessoa humana, erigida como fundamento da República pátria, bem como na garantia constitucional da inviolabilidade da vida privada (art. 5º, inc. X da CF), os quais merecem especial guarida do Poder Judiciário nesse período de dificuldades financeiras do empresário probo.

## **XII. DOS PEDIDOS**

Ex positis, vem, respeitosamente, requerer:

1- Requer a concessão do benefício do parcelamento das custas iniciais, consoante princípio constitucional de acesso à justiça, da proporcionalidade e da razoabilidade;

a) A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA:

b) para que seja determinado em caráter imediato o deferimento da recuperação judicial e a antecipação dos efeitos do “stay period” da presente demanda recuperacional em consolidação processual;

c) Seja determinada a suspensão dos efeitos de todos os protestos e restrições de órgãos de proteção de crédito inerentes aos créditos inseridos nessa Recuperação Judicial, expedindo-se ofícios ao SCPC, SERASA e Tabelionatos de Protestos da Comarca de Barueri/SP;

d) Seja reconhecido o direito ao sigilo das informações consubstanciadas na Relação de Bens pessoais da sócia da Requerentes e lista de empregados, determinando-se, por conseguinte, a atuação em separado e a conservação em segredo de justiça.

e) Caso Vossa Excelência entenda a necessidade de complementação das documentações já colacionadas, não obstante o cumprimento integral do dispositivo do art. 51 da Lei 11.101/2005, requer a



concessão de prazo de quinze (15) dias para complementação exigida pelo Magistrado;

2) Requer ainda DEFERIDO O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com as seguintes determinações:

a) A concessão do prazo legal de 60 (sessenta) dias para apresentação do plano de recuperação, conforme artigo 53, da Lei de Recuperação de Empresas;

b) Seja nomeado Ilustre Administrador Judicial conforme artigo 21, da Lei de Recuperação de Empresas;

c) A determinação de dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício das atividades das Requerentes, de acordo com o artigo 52, inciso II, da Lei de Recuperação de Empresas;

d) A suspensão de todas as ações ou execuções contra a Requerente, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme artigo 6º, e artigo 52, inciso III, da Lei de Recuperação de Empresas;

e) Expedição de edital, para publicação no órgão oficial, conforme determina o artigo 52, §1º, observando o prazo de quinze dias para habilitação ou divergência dos créditos, de acordo com o artigo 7º, parágrafo §1º, ambos da Lei de Recuperação de Empresas;

f) Seja autorizada a publicação dos EDITAIS em versões reduzidas, conforme está preconizado pelo Enunciado 103 da Jornada de Direito Comercial do Conselho de Justiça Federal (CFJ) que dispõe que “em se tratando de processo eletrônico, os editais previstos na Lei nº 11.101/2005 podem ser publicados em versão resumida, somente apontando onde se encontra a relação de credores nos autos, bem como indicando o sítio eletrônico que contenha a íntegra do edital;



g) Seja determinada a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente em impugnações de crédito, habilitações, ou eventuais outros incidentes processuais;

h) Que sejam tomadas as demais providências elencadas no artigo 52 e seguintes, da Lei de Recuperação de Empresas;

i) A abertura de incidente específico para apresentação das demonstrações contábeis e juntada de procurações, objetivando a melhor organização dos presentes autos

j) Ao final, com homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, seja CONCEDIDA a RECUPERAÇÃO JUDICIAL da Requerente;

k) Requer-se, por fim, que as intimações no Diário Oficial do Estado sejam procedidas em nome do patrono das Requerentes, Dr. URUBATAN DE ALMEIDA RAMOS, inscrito na OAB/SP / 193.783, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 25.008.584,41 (vinte e cinco milhões, e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), valor equivalente ao endividamento sujeito à Recuperação Judicial do Grupo.

Termos em que, Pede deferimento.

São Paulo, 19 de julho de 2024.

URUBATAN DE ALMEIDA RAMOS

OAB/SP / 193.783

KAREN FRANÇA

OAB/SP 446.663